



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós-graduação Educação: Currículo
Revista e-curriculum ISSN: 1809-3876
<http://www.pucsp.br/ecurriculum>

**A AUTOGESTÃO COMO MAGNÍFICA ESCOLA: NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO
NO TRABALHO ASSOCIADO**

**SELF-MANAGEMENT AS A MAGNIFICENT SCHOOL: NOTES ON EDUCATION
IN ASSOCIATED WORK**

NOVAES, Henrique T.

Doutorando em Política Científica e Tecnológica

Coordenador do curso de especialização

“Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina”

Universidade Estadual de Campinas

Endereço eletrônico: hetanov@yahoo.com.br



RESUMO

Este artigo faz uma revisão bibliográfica de 26 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a relação entre trabalho associado e educação autogestionária. Os trabalhos tendem a afirmar que a autogestão é a magnífica escola, pois é por meio dela que a classe trabalhadora enfrenta verdadeiros desafios: desnaturalizar a separação entre dirigentes e dirigidos; lutar de forma coletiva; dividir o trabalho de uma nova forma, fazer rodízios de cargos; concentrar as decisões estratégicas em assembleias democráticas; questionar a hierarquia salarial capitalista; gerando um processo coletivo de aprendizagem. Os trabalhos observam que a educação na órbita do capital forma seres subordinados e com a qualificação necessária para a reprodução deste enquanto que a pedagogia da produção associada apontaria para uma formação e qualificação qualitativamente distintas.

Palavras chave: Autogestão; cooperativismo; associativismo; Economia Solidária.

ABSTRACT

This article makes a bibliographical review of 26 doctor's theses and master's dissertations on the relation of work associated with self-managed education. The works tend to affirm that self-management is a magnificent school since it is through this that the working class faces real challenges: to denaturalize the separation between those who direct and those who are directed; to fight collectively; to divide work in a different manner; to take turns in functions; to concentrate strategic decisions in democratic assemblies; to question capitalist hierarchical salaries; to generate a collective learning process. The works also observe that education, within the orbit of capital, forms subordinate beings and, with it, the necessary qualification to reproduce this, while the pedagogy of associate production would lead to a qualitatively different formation and qualification.

Key words: *Self-management; cooperative actions; associative action; Solidarity Economy.*

INTRODUÇÃO

Este artigo faz uma revisão bibliográfica das teses de doutorado e dissertações de mestrado que se debruçaram sobre os temas da Autogestão, Cooperativismo, Economia Solidária, Educação Popular e a relação entre trabalho associado e educação autogestionária nas áreas de Educação, Serviço Social e Ciências Sociais, produzidas entre 1999 e 2006 em Universidades brasileiras.

Recebemos 26 estudos, sendo dezoito de Universidades Públicas, dois de uma Universidade Comunitária (UNIJUÍ) e seis de Universidades privadas. Temos 24 dissertações de mestrado e apenas duas teses de doutorado. Observamos a concentração de teses ou dissertações no ano de 2006 (dez trabalhos). No que se refere à concentração em Universidades, a Universidade Federal Fluminense, a UFPB e a USP tiveram três trabalhos. Já a UFPE, UFSC, UNESP, UNICAMP e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) tiveram dois estudos, e as demais Universidades tiveram um estudo cada uma. Tendo em vista os orientadores, destacam-se apenas José Brendan Macdonald (UFPB), Gaudêncio Frigotto (UFF) e Walter Frantz (Oeste do Rio Grande do Sul), cada um com dois trabalhos.

O principal tema abordado nos estudos é a relação entre trabalho associado e educação autogestionária ou, em outros termos, o processo educativo engendrado em cooperativas populares (com destaque para as cooperativas de catadores), assentamentos de reforma agrária e pequenas unidades de produção rural.

As teses e dissertações tendem a afirmar que a autogestão é a magnífica escola. É nos processos que têm características autogestionárias que a classe trabalhadora enfrenta verdadeiros desafios: desnaturalizar a separação entre dirigentes e dirigidos, entre concepção e execução. Ela “aprende” a lutar de forma coletiva contra os patrões e/ou contra o Estado, aprende a dividir o trabalho de uma nova forma, a fazer rodízios de cargos e, principalmente, a concentrar as decisões estratégicas em assembleias democráticas, gerando um processo coletivo de aprendizagem. É também nos processos com características autogestionárias que se tende a questionar a hierarquia salarial capitalista.

Para os trabalhos observados, a educação é vista como algo imanente à cooperativa popular, ao assentamento rural, às lutas pela insubordinação, etc. Ou quando se recebe o apoio de alguma entidade, seja uma ONG ou uma Incubadora, a educação é vista de forma dialógica, horizontal, “não bancária”, tal como afirma Paulo Freire.

Como subtemas, as teses e dissertações abordam os processos educacionais que surgem em experiências de 1) Associativismo e Cooperativismo rural, sendo que quatro delas observam estes processos em cooperativas de pequenos agricultores e três no Movimento Sem-Terra. Uma das teses que se refere ao Movimento Sem-Terra analisa o projeto político-pedagógico do curso de Técnico em Cooperativismo (LEANDRO, 2002). Uma tese se dedica ao caso de Catende (Pernambuco), uma usina que faliu e foi levantada pelos trabalhadores. Esta usina falida tem cerca de 26 mil hectares e envolve seis municípios, abriga 4 mil famílias que hoje tentam viver do produto do próprio trabalho e é a maior experiência de Economia Solidária. Foi nessa usina que Paulo Freire fez sua última aparição pública.

Outro subtema recorrente é o das 2) Cooperativas de Catadores de Resíduos, pesquisada por quatro teses e dissertações. Outros trabalhos analisam as 3) Cooperativas de trabalho. Uma dissertação analisa a proposta de Economia Solidária da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em três casos, a educação pela autogestão é observada a partir da ação de 4) ONGs ou Universidades Públicas – principalmente via Incubadoras de Cooperativas Populares – que se aproximaram deste “novo” público: os trabalhadores desempregados ou subempregados que viram no cooperativismo e associativismo uma possibilidade de sobrevivência. Uma das teses se dedicou também ao aprendizado gerado para a Universidade.

As políticas públicas engendradas, seja em função da pressão dos movimentos sociais e/ou de alguns quadros de Partidos Políticos que entram em prefeituras de cunho popular para promover políticas relacionadas à Economia Solidária, permeiam a grande maioria das teses, mas foram destacadas por dois trabalhos.

O 5) Consumo Solidário recebeu atenção especial de uma tese de doutorado e de uma dissertação de mestrado da Universidade Federal da Paraíba. Esta Feira Agroecológica da várzea de João Pessoa foi impulsionada por quatro assentamentos do MST. Lange (2006) analisou o caso da Feira de Santa Maria (RS), a maior feira de economia solidária da América Latina.

O surgimento das 6) “Fábricas de Autogestão”, empresas oriundas de falência que hoje são administradas pelos trabalhadores, foi analisado principalmente por Alaniz (2003), mas superficialmente por outras duas dissertações. Os demais trabalhos abordam temas mais “panorâmicos”.

No que se refere à metodologia, a maioria dos trabalhos se baseou em estudos de caso. Muitos trabalhos ficaram presos ao universo do seu caso, e alguns poucos conseguiram sair do particular para o geral, da exceção para a regra. Muitos deles fizeram uma revisão

bibliográfica do contexto dos pós anos 1990 que dá origem à Economia Solidária, conforme veremos na seção 2. A grande maioria também pesquisou a “origem” do cooperativismo, principalmente na Inglaterra do século XIX, conforme veremos na seção 1. Sem se aprofundar muito, os trabalhos se dedicaram à análise dos conceitos de educação e trabalho no capitalismo, educação e trabalho no socialismo, autogestão, cooperativismo, trabalho cooperativista, o debate da Economia Solidária, suas controvérsias, contradições, limites e possibilidades. Os principais autores referenciados são: Paul Singer, Paulo Freire, R. Antunes, E. Hobsbawm, Gaudêncio Frigotto, M. Arroyo, Lia Tiriba, J. Coraggio, L. Razeto, R. Owen, C. Fourier, K. Marx, R. Caldart, Maria da Glória Gohn, A. Gramsci, Luiz Gaiger, I. Mészáros e M. Tragtenberg.

Esse artigo foi estruturado da seguinte forma: primeiramente observamos que as teses e dissertações que refletem sobre educação no associativismo resgatam as experiências históricas da Europa do Século XIX, mas ignoram a experiência da Comuna de Paris, as revoluções do Século XX que têm como base a autogestão e as experiências latino-americanas bem como o debate que se originou a partir dessas experiências. Em seguida, analisamos o contexto dos anos 1990. Este tema será desenvolvido na seção 2. Além disso, observamos que os trabalhos analisam este momento histórico, mas não dão a devida atenção à hipertrofia do capital financeiro nesta nova fase do capitalismo. Na terceira seção, verificamos que os trabalhos analisados convergem em alguns temas: a) a crítica à propriedade privada dos meios de produção (o cooperativismo como possibilidade de reatar o “caracol à sua concha”), b) o papel das decisões coletivas e a necessidade de uma nova divisão de trabalho - a autogestão em oposição à heterogestão; c) o esboço de uma crítica à sociedade produtora de mercadorias, isto é, uma sociedade regida por grandes corporações multinacionais acumuladoras de capital e o papel do associativismo na construção de uma outra sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas (valores de uso), seja no desenvolvimento sustentável, para alguns, ou no socialismo, para outros.

Na quarta seção, contrastamos o trabalho heterogestionário e os projetos educacionais presos à órbita do capital com o “trabalho cooperativo como princípio educativo”. Principalmente nas teses que abordam o Movimento Sem-Terra, mas em menor medida nas que observam as cooperativas populares, o associativismo surgiu umbilicalmente ligado a processos de luta: a) pela conquista da terra, b) por políticas públicas de um novo tipo, não mais atreladas à geração de trabalho subordinado. A relação entre cooperativismo, conflito social e o aprendizado gerado pela luta social foi realizada na quinta seção.

1. EUROCENTRISMO: O RESGATE DAS EXPERIÊNCIAS EUROPEIAS DO SÉCULO XIX E A RETOMADA DO ASSOCIATIVISMO NO FINAL DO SÉCULO XX

A grande maioria das teses e dissertações analisadas resgata as experiências cooperativistas da Europa do Século XIX, principalmente as impulsionadas pelos “socialistas utópicos” Robert Owen e Charles Fourier. De acordo com o historiador inglês Cole, citado muitas vezes por Paul Singer, muitas das cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos anos 30 (do século XIX) eram dessa espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam as sociedades por conta própria (apud POLI, 2005).

Para não ir mais longe, a necessidade da autogestão fez-se sentir pelos trabalhadores desde o primeiro dia em que foram colocados numa fábrica, à sua revelia. No século XIX, o cooperativismo e o mutualismo ganham força como forma de sobrevivência e produção dos meios de vida, principalmente durante a revolução industrial na Inglaterra. É preciso lembrar que uma das primeiras motivações de criação das mútuas era para que os trabalhadores não fossem enterrados como cachorros. Já as cooperativas de consumo permitiram aos trabalhadores consumir produtos de boa qualidade e a um preço acessível.

Segundo a dissertação de Bonamigo (2001), para se contrapor ou enfrentar as consequências das medidas ou a própria natureza do sistema do capital, a classe trabalhadora, historicamente, desenvolveu e desenvolve inúmeras ações e lutas. Essas vão desde uma greve por reajuste salarial, mobilização por emprego, protestos por melhores condições de trabalho, até a construção de processos revolucionários rumo a sociedades socialistas, passando por formas alternativas de sobrevivência, de organização social do trabalho no campo e na cidade, de produção e comercialização.

Acreditamos que as teses e dissertações analisadas ignoram a experiência da Comuna de Paris (1871), os escritos de Marx sobre cooperativismo, sobre “autogoverno pelos produtores associados”¹ e as experiências de autogestão que surgiram em contextos revolucionários. Além disso, ignoram o debate latino-americano sobre cooperativismo e

¹ Marx, se referindo ao movimento cooperativista do século XIX, citou o jornal Spectator onde este afirma que a experiência de Rochdale (Inglaterra) “mostrou que associações de trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!” (Marx, 1996, p.381).

autogestão. Aqui, três perguntas são necessárias. Por que demasiado eurocentrismo ou, em outras palavras, por que a experiência latino-americana é desprezada? E por que não citam experiências de autogestão em contextos revolucionários, mesmo para o caso europeu? Nossa hipótese é de que isso decorre da grande influência da obra de Paul Singer, um eurocentrista, muito preso ao debate da Inglaterra.

Dentre os pensadores clássicos do cooperativismo, as teses resgatam as obras de Robert Owen, Charles Fourier, do simpatizante cooperativista George Holyoake e de alguns anarquistas, principalmente Proudhon.

Também cabe destacar que esse tipo de interpretação histórica não se restringe aos trabalhos aqui analisados. Ela é recorrente na Economia Solidária como um todo. Talvez a resposta seja porque a obra de Marx sempre foi interpretada (ao nosso ver, equivocadamente) no que se refere à questão da propriedade dos meios de produção, como uma apologia à estatização dos meios de produção como forma de se chegar ao socialismo².

A autogestão em estágio embrionário ocorreu na Comuna de Paris, quando os patrões abandonaram as fábricas e os trabalhadores se organizaram para colocá-las novamente em marcha, em 1905 na Rússia e nos primeiros anos da Revolução de 1917, na Revolução Espanhola (1936-1939), na Revolução Húngara (1919 e 1956), na Polonesa (1983), na Portuguesa (1974-75), etc.

Na Revolução Russa de 1917, os conselhos operários (soviets) cumpriram seu papel nos primeiros anos, mas foram estrangulados em função da burocratização crescente das decisões. Para Tragtenberg (1986, p. 8):

A estatização dos meios de produção, a preservação do salariedade como forma de remuneração do trabalho, o controle do processo produtivo pela tecnocracia, o partido político no cume do estado são práticas dominantes na URSS, China, países do Leste Europeu e Cuba. Houve uma revolução? Sim. A propriedade privada dos meios de produção foi substituída pela propriedade estatal dos mesmos, só que gerida por uma burocracia que tem

² Fazendo um balanço do período de 1848 a 1864, Marx afirma que “Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. (...) Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, consequentemente, incrementado por meios nacionais. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária.” É nos artigos dedicados à Comuna de Paris (1871) que Marx observa que: “Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardid; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo ‘realizável’?”.

no partido, seja socialista (PS), seja comunista (PC) – seu principal instrumento de disciplinação do trabalhador.

Na América Latina, poderíamos citar as experiências autogestionárias e os cordões industriais durante o Governo de Allende (1971-1973), o Peru de Velazco Alvarado. Como exemplos de experiências que apareceram em contextos “não revolucionários”, poderíamos citar o *Cordobazo* argentino e as comissões de fábrica brasileiras durante a ditadura militar³.

No campo, diversos poderiam ser os exemplos de coletivização das terras e de um novo projeto de vida, comunista. Para citar um exemplo, durante a Revolução Espanhola (1936-139), a terra foi coletivizada.

Somente as dissertações de Mariana (2003) e Bonamigo (2001) fazem este recorrido da autogestão em momentos revolucionários, com destaque para a de Mariana (2003), mas sempre subestimando o debate latino-americano. Já a dissertação de Bonamigo (2001) e Tavares (2002) fazem uma boa retrospectiva das lutas camponesas no Brasil pré-ditadura militar. Os últimos resgatam a experiência de cooperativismo vinculado à luta de classes no Brasil – no caso, as Ligas Camponesas – além de outras lutas no campo. Metade das teses e dissertações resgata as cooperativas de consumo criadas no Século XX no Brasil. Se voltarmos nos tempos mais remotos, podemos citar também a “Comuna de Palmares”, que tinha alguns princípios autogestionários.

Os trabalhos do Rio Grande do Sul resgatam algumas experiências desta região. Na dissertação de Lange (2006), apoiando-se em texto da Cáritas (Igreja Católica), pode-se observar que “experiências alternativas de solidariedade, nas áreas social e econômica, sempre estiveram presentes ao longo da história [do RS], principalmente as relacionadas ao contexto da Igreja Católica, conforme documento da Cáritas”: a) As reduções indígenas dos sete povos das missões (1626-1750), que se constituíram numa organização econômica, política, cultural e religiosa verdadeiramente solidária. Com o massacre sofrido pelo exército de Espanha e Portugal, foram literalmente dizimadas. Hoje restam apenas ruínas; b) A partir do Século XVIII, surgiram também vários quilombos espalhados pelo nosso Estado. Atualmente foram confirmadas mais de cinquenta comunidades remanescentes de Quilombos; c) O associativismo e o cooperativismo que surgem com o Pe. Theodor Amstad; d) Na área urbana, setores da Igreja organizaram os círculos operários – a partir da década de 1920 – que visavam à formação católica associada à assistência às famílias operárias; e) Frente Agrária Gaúcha (Dom Vicente Scherer) em 1961 que tinha como objetivo fortalecer o sindicalismo

³ Para uma ampla retrospectiva histórica da autogestão e ou do cooperativismo, inclusive do caso latino-americano, ver a pesquisa de Nascimento (s/d). Para o caso francês, ver Faria (2005).

rural com inspiração cristã; f) Comunidades Eclesiais de Base, pastorais sociais e movimentos sociais populares (LANGE, 2006, p.60).

2. CONTEXTO DE RESSURGIMENTO DO ASSOCIATIVISMO: QUAL A RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO DO DESEMPREGO, DO SUBEMPREGO E TERCEIRIZAÇÃO COM A HIPERTROFIA DO CAPITAL FINANCEIRO?

Quase todas as dissertações e teses analisadas dão um “salto mortal” do cooperativismo europeu do início do Século XIX para o Brasil dos anos 1980-90. Elas retratam esse período como sendo de baixo crescimento, estagnação do emprego com carteira assinada e exacerbação dos conflitos sociais.

De acordo com Antunes, autor bastante citado por todas as pesquisas, o capital se reestruturou nesse período, desencadeando consequências profundas:

(...) uma crescente redução do proletariado fabril estável; enorme incremento do novo proletariado, do sub-proletariado fabril e de serviços, ou seja, trabalho precarizado configurado pela terceirização, subcontratação, “*part-time*”, e outras formas semelhantes; aumento significativo do trabalho feminino no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; exclusão, principalmente dos jovens e idosos do mercado de trabalho formal (...) (apud BARROS, 2003).

Neste contexto de “redemocratização”, aumento do desemprego e subemprego, surgiram e vêm surgindo no Brasil inúmeras formas de resistência da classe trabalhadora. Em outras palavras, em contraposição à exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho, à forma de produção e consumo voltada à reprodução ampliada do capital e à precarização do trabalho, *surgiu* o movimento de Economia Solidária. Ele é ao mesmo tempo uma resposta ao processo de crise de reestruturação do capitalismo e um projeto, ainda frágil e incipiente, tendo em vista a construção de uma nova forma de produção e consumo, pautada na autogestão e produção de bens e serviços que satisfaçam às necessidades populares (valores de uso).

A definição do que é a Economia Solidária ainda é motivo de muitos debates. Para alguns, ela é o resultado da retomada das lutas históricas dos trabalhadores tendo em vista sua sobrevivência diante do avanço da barbárie capitalista, num contexto altamente defensivo, caracterizado por inúmeras derrotas dos trabalhadores (reformas, privatização, etc.). A tese de doutorado de Antônio Cruz não foi citada por nenhum trabalho, talvez porque esta só tenha sido defendida em 2006. Diga-se de passagem, trata-se de um estudo imprescindível para a

compreensão da Economia Solidária. Nesse trabalho, Cruz (2006) retrata o surgimento desta “novidade” na história da América Latina e afirma que

(...) o surgimento de milhares de iniciativas econômicas de tipo associativo – cooperativas, associações, empresas recuperadas, instituições comunitárias de crédito, clubes de trocas etc. – no Cone Sul da América Latina, a partir dos anos 90, representa a emergência de um fenômeno econômico e social que, embora guarde estreitas relações com experiências anteriores, tem características específicas, que resultaram das transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto da economia quanto da sociedade latino-americana (CRUZ, 2006, p.1).

É ele também um dos autores que procura definir o que é Economia Solidária:

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (CRUZ, 2006, p.69).

Dentre as transformações ocorridas nas últimas décadas, Quijano (2002), Cruz (2006) e Tiriba acentuariam até mesmo o surgimento de uma “nuvem” anti-capitalista na América Latina, talvez em função dos processos de “democratização” que redundaram na retomada das lutas operárias. Segundo Icaza e Tiriba (2003), entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares, no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de suas necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. Trata-se de uma economia ligada à reprodução ampliada da vida e não à reprodução ampliada do capital (apud BARROS, 2003). E as autoras continuam:

embora submersa e, em última instância, submetendo-se aos imperativos da “lei do mais forte”, a economia popular apresenta características que se contrapõem à racionalidade econômica capitalista. (...) ao invés do emprego da força de trabalho alheio, o princípio é o da própria utilização da força de trabalho para garantir a subsistência imediata e produzir um excedente que possa ser trocado no mercado na pequena produção mercantil, por outros valores de uso (apud BARROS 2003).

Para Singer e Souza (2003 apud BORTOLUZZI, 2006), o que caracteriza a Economia Solidária é a posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; a gestão democrática da empresa ou por participação direta; repartição da receita

líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos: destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperados.

Para Cattani (2002), a questão central da interpretação da Economia Solidária é compreendê-la no contexto do sistema dominante que produz e reproduz seus mecanismos de dominação, exploração e de exclusão, atingindo os indivíduos. Há uma preocupação constante se estas iniciativas não acabam capitalizadas por velhas práticas com novas roupagens, ou seja, novas formas de precarização do trabalho, de mobilizar o Estado e, atualmente, a sociedade, para legitimar e ampliar a acumulação de capital financeiro. Se se observa a Economia Solidária sob outra ótica, a da perspectiva de nova forma de produção social, deve-se considerar que o horizonte desta iniciativa não poderá limitar-se à geração de trabalho e renda para a população mais pobre e vulnerável, bem como avançar para áreas da produção e do conhecimento que interferem na racionalidade deste modo de produção (apud BORTOLUZZI, 2006).

As teses e dissertações analisadas têm noção dos diferentes projetos de sociedade em disputa. Enquanto a classe dominante, como uma resposta ao novo regime de acumulação vê no cooperativismo um negócio da China – onde o mesmo segue na mesma onda dos processos de flexibilização, nome elegante para o aumento da extração de trabalho excedente e precarização dos direitos conquistados na fase anterior (1945-1973) - ou até mesmo uma forma de controle político dos miseráveis, os marxistas e anarquistas reconhecem os limites do cooperativismo e da autogestão das fábricas, pois estes estão diante do modo de produção capitalista, mas, ainda assim, acreditam que eles são, ao mesmo tempo, o caminho – uma vez que trata-se de uma das estratégias de resistência da classe trabalhadora e a cena de chegada, já que apontam para uma sociedade produtora de valores de uso governada pelos produtores associados (Ver as dissertações de Barros, 2003 e Bonamigo, 2001).

Até mesmo as cooperativas e associações que têm uma maior margem de determinação da repartição do excedente e de modificação do trabalho são funcionais a esta nova fase da acumulação de capital, que intensificou de forma avassaladora a produtividade do trabalho nas corporações e também levou à superexploração das pequenas e médias empresas, incluso aqui as cooperativas e associações de trabalhadores (ver principalmente a dissertação de Alaniz, 2003).

A dissertação de Barros (2003) observa que para Tiriba, essas iniciativas não se dão apenas através da mobilização e manutenção dos setores populares:

é fundamental considerarmos os diferentes projetos políticos, educacionais e econômicos que estão sendo implementados [por ONGs, Igrejas, Prefeituras, etc] sob o discurso do “combate ao desemprego” ou “geração de trabalho e renda”, pois nesse bojo, localizamos também a (re)inserção dos “pobres” em atividades terceirizadas e precarizadas como forma de atenuar os conflitos sociais [como por exemplo, a criação de “Coopergatos”] e, ao mesmo tempo, facilitar o processo de reestruturação produtiva, atuando na desregulamentação das condições de trabalho, na regressão dos direitos sociais e trabalhistas gerados face a substituição de capital vivo por capital morto nos sistemas produtivos, bem como no enfraquecimento e desmobilização dos sindicatos (TIRIBA apud BARROS, 2003).

Cerca de cinco dissertações, mas principalmente a de Bortoluzzi (2006), adotam uma visão crítica, “desconfiada” em relação à potencialidade da Economia Solidária. Para Bortoluzzi, esta nova economia favorece a precarização, a expansão do capital e pode ser considerada como uma “filantropia por parte do Estado e do capital”. Amaral Junior (2002) analisou o surgimento da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT). Para ele, as reflexões tornaram possível constatar que tal projeto dentro do cenário vivido aponta para uma frágil probabilidade de emancipação da classe trabalhadora. Isso considerando-se as raízes históricas da relação entre cooperativismo e sindicalismo, assim como as características das estruturas que formam a realidade social brasileira, indicando que a proposta política da ADS é uma tentativa de reconstrução do campo de atuação sindical, não se caracterizando, porém, como potencial revolucionário. Já Bomfim (2001), além de cerca de quatro outros trabalhos, acredita que a Economia Solidária aponta para o ecodesenvolvimento.

Mesmo reconhecendo que as cooperativas surgem num quadro de desemprego e subemprego, fome e exacerbação da miséria, e sabendo que elas ainda são muito instáveis, Barros (2003) acredita que o trabalho das ITCPs ligadas à Unitrabalho aponta para o socialismo. Talvez por isso que um dos tópicos de sua dissertação se chame: “Alternativas de trabalho: da busca da sobrevivência a um novo projeto societário”. Para Singer, a Economia Solidária é a mais importante alternativa ao capitalismo nesse momento histórico, por oferecer uma solução prática e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase exacerba (apud BORTOLUZZI, 2006).

Do ponto de vista dos movimentos sociais, ainda na ditadura militar, inicia-se o resgate da organização popular em vários setores da sociedade brasileira. No campo, os trabalhos descrevem o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, parte desta ligada à Teologia da Libertação (LEANDRO, 2002; BONAMIGO, 2001). Lembremos que o apoio da CPT à promoção do associativismo foi citado pela metade dos trabalhos analisados, mesmo os que não se referem ao MST.

No entanto, Scherer, citada por Silva (2006), destaca que o movimento associativista rural nasceu como um movimento de elite e só muito lentamente foi às bases dos associados. A ditadura militar (1964) promoveu o cooperativismo de patrões. Mesmo no Rio Grande do Sul, surgiu uma vertente de cooperativismo “conservador” já no início do Século XX. Ainda de acordo com a dissertação de Silva (2006), em Santo Cristo, o associativismo já tinha um significado muito mais profundo no campo ideológico. Tratava-se do incentivo através da doutrina social da Igreja Católica alemã, de uma forma de estancar o liberalismo econômico e ao mesmo tempo evitar a proliferação de ideias revolucionárias socialistas e anti-cristãs.

A dissertação de Bonamigo (2001) ressalta que as organizações cooperativas podem, dependendo das formas e dos fins para os quais se organizam, carregar as potencialidades emancipatórias e educativas, mas igualmente podem, caso fiquem isoladas ou desconectadas de um projeto político, legitimar e reproduzir relações capitalistas de produção, comercialização e acumulação.

Os trabalhos analisados descreveram o contexto acima esboçado de uma forma razoável. Mas então, o que os autores “esqueceram”? Parece que a relação entre capital financeiro e reestruturação produtiva não é analisada pelos autores ou quando é analisada, não mereceu a devida atenção. Mas este “equivoco” ou incompletude não é restrito aos trabalhos analisados. Ele parece ser algo que se disseminou nas interpretações brasileiras e isso pode ter a ver com alguns fatores: a) a dificuldade de se analisar esta relação ou a complexidade do tema, b) a “divisão de trabalho” entre economistas que observam apenas o capital financeiro e sociólogos que observam o “mundo do trabalho”, ignorando suas conexões. Pode-se perceber que os pesquisadores que observam a “produção” fazem uma boa descrição do toyotismo, da reestruturação produtiva: terceirização, precarização, porém estes fazem uma separação entre “órbita da produção” e a “órbita do capital financeiro”, o que enfraquece a análise. Por sua vez, os economistas que analisam o capital financeiro prestam pouca atenção ao que acontece nas fábricas.

De acordo com Chesnais (1996), citado pela dissertação de Bonamigo (2001), vivemos uma fase caracterizada pela revolução tecnológica, determinada principalmente pelo avanço da informática e das telecomunicações. É uma fase marcada pela globalização das finanças, na qual o capital financeiro conseguiu um desenvolvimento e/ou predomínio sobre o capital produtivo e uma liberdade sem precedentes, que possibilitam movimentos súbitos de especulação através da circulação de bilhões de dólares por meio de aplicações financeiras em todos os países do mundo. Esta ação do capital financeiro (por excelência especulativa) pode

determinar a crise de economias de países ou continentes da noite para o dia e ultrapassa os limites do controle até mesmo dos bancos centrais dos países imperialistas⁴.

3. PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE AS TESES E DISSERTAÇÕES

3.1- O caracol e sua concha: a crítica à propriedade dos meios de produção

As dissertações e teses analisadas partem de uma crítica, em alguns casos suave e diplomática, à propriedade dos meios de produção, à acumulação de capital e à heterogestão e veem no cooperativismo e associativismo a fórmula anfíbia, já que transitória e nunca perfeita, para se chegar ao ecodesenvolvimento para alguns ou à sociedade governada pelos produtores associados, para outros. Passemos a analisar cada um desses subtemas.

Uma questão frequentemente abordada pelos pesquisadores que se envolveram com o cooperativismo e associativismo de trabalhadores é a da propriedade privada. Para eles, o cooperativismo é uma forma intermediária, que questionaria ainda nos marcos do capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. Nesse sentido, o cooperativismo questiona “parcialmente” a propriedade dos meios de produção, ao reunir nas mãos dos trabalhadores os meios de produção necessários ao seu desenvolvimento (DALTOÉ, 2003).

Principalmente nas teses mais críticas, observa-se uma contradição: na ausência de uma revolução que questione a propriedade dos meios de produção como um todo, a propriedade cooperativista não passa de uma célula marginal neste organismo dominado por grandes corporações.

Marx dizia que o cooperativismo poderia “reatar” o trabalhador aos meios de produção, ou de forma metafórica, o caracol à sua concha. Quando se referiu à mudança proporcionada pela manufatura, ele assim se expressou:

Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital (MARX APUD ANTUNES, 2005).

Por exemplo, no caso da Usina Catende,

⁴ Sobre este tema, ver o livro organizado por Chesnais (2005), “A finança mundializada”.

encontramos uma prática educativa denominada pelos seus atores como de 'Educação Popular', em contexto não-escolar, voltada aos princípios da economia solidária e para a constituição de um projeto que implica propriedade coletiva dos meios de produção, autonomia e autogestão como princípios organizativos (LIMA, 2006).

Para os autores clássicos, o problema central é a alienação do trabalho no sentido clássico do termo. Ela existe como função do capital e o trabalhador é acima de tudo dominado pelas condições de trabalho sob as quais não tem poder. O ponto crucial é que, quaisquer que sejam as melhoras advindas das taxas de salários, condições de aposentadoria, as condições de trabalho enquanto tais, isto é, o controle do ritmo, a concepção e o status do trabalho estão fora do controle dos trabalhadores⁵.

No capitalismo, a vida do ser humano não é autêntica, dotada de sentido social. Ao invés de ser uma atividade que medeia as relações entre os seres humanos e destes com a natureza, ao invés de ser expressão da vida humana, ao invés de ser a realização e formação do ser humano enquanto um ser-espécie, o trabalho impõe ao trabalhador a unilateralidade e a alienação, as relações sociais são de dominação e exploração (BONAMIGO, 2001). Numa sociedade regida pelo capital, o trabalhador estranha ou perde o controle do produto do seu trabalho, do processo de trabalho, de si e da civilização humana (BONAMIGO, 2001; ALANIZ, 2003, dentre outros).

Para Quijano (2002), os movimentos sociais devem incentivar práticas sociais que conduzam à reapropriação do controle do seu trabalho, dos recursos e dos produtos, bem como de outras instâncias de sua existência social, para defender-se melhor do capital (apud POLI, 2006).

De acordo com Mariana (2003, p.81-82), é compreendendo os fins e os meios do ato laborativo que exercitamos a liberdade e a autonomia no trabalho, ponto de partida da humanização do ser social. Evidentemente que imersas no modo de produção capitalista, as cooperativas e associações de trabalhadores não conseguirão realizar a emancipação dos trabalhadores em sua plenitude. A nosso ver, os pesquisadores analisados veem no cooperativismo e no associativismo um potencial ainda pouco explorado, mas que cresceria vertiginosamente num contexto favorável.

⁵ Sobre a alienação bem como suas especificidades no cooperativismo, ver Antas (2000), Bonamigo (2001) e Alaniz (2003).

3.2- O papel das assembleias e a construção da autogestão

A outra base que sustenta a teoria das teses e dissertações analisadas é a necessidade de participação nas assembleias democráticas das cooperativas, já que no cooperativismo cada sócio representa um voto. De forma mais profunda, os trabalhos analisados vislumbram a construção da autogestão em oposição à heterogestão. Para alguns, autogestão significa a reunificação entre o ato de conceber e executar o trabalho, o *homo faber* voltando a ser também *homo sapiens*.

Esta questão nos remete ao debate sobre o tipo de participação do trabalhador associado numa fábrica e na sociedade em geral (ANTAS, 2000). Mais uma vez, teremos que fazer algumas pontes com autores clássicos que debateram o tema da participação, principalmente Maurício Tragtenberg.

Devemos distinguir o “participacionismo” ensejado pelo capital e a “participação autêntica”, diria Tragtenberg. Para ele, a experiência histórica demonstra que o *participacionismo* proposto pelo capital não tem diminuído o poder da direção das empresas. Tampouco tem alterado o comando ditado pelo capital financeiro nesta nova fase do capitalismo, Tragtenberg, 2005; Gutierrez, 1989; Tomasseta, 1972 citados por Alaniz (2003) também chegam a conclusões parecidas, ao diferenciar autogestão de toyotismo⁶.

Lembremos que para Tragtenberg, a *participação autêntica* é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (TRAGTENBERG, 1987, p. 30).

Para as teses analisadas, a participação em órgãos livremente eleitos teria uma função extremamente pedagógica para os trabalhadores, já que fariam o exercício da democracia direta.

A dissertação de Fernando Mariana (2003) recupera as ideias de Cornelius Castoriadis. Este pensador social se pronuncia da seguinte forma:

não aceito que meu destino seja decidido, dia após dia, por pessoas cujos projetos me são hostis ou simplesmente desconhecidos e para quem não passamos eu e todos os outros, de números num plano ou peões sobre um tabuleiro de xadrez e que em última análise, minha vida e morte estejam nas mãos de pessoas que sei serem necessariamente cegas (apud MARIANA, 2003).

⁶ Sobre as diferentes perspectivas de participação, ver Antas (2000) e Alaniz (2003). Sobre as questões levantadas por Tragtenberg, ver principalmente Alaniz (2003) e Mariana (2003).

Fernando Mariana (2003) afirma que a consciência na tomada de decisão em assembleias ou qualquer mecanismo de gestão democrática é condição primeira para a inexistência de relações totalitárias criadas por determinada institucionalidade sobre um indivíduo.

Ele também cita Makhaisky, um pensador muito lembrado por Tragtenberg, que já colocava no início do século XX que

a questão da socialização dos meios de produção é condição necessária, porém insuficiente, para a implantação do socialismo, mantida a antiga divisão do trabalho, fundada na separação e supremacia do trabalho intelectual sobre o manual, prevendo que, mantida a separação acima, haverá não uma ditadura do proletariado, mas uma ditadura de intelectuais-burocratas sobre o proletariado (apud MARIANA, 2003, p.94).

Segundo Valeska Guimarães, a autogestão exige não somente a propriedade social dos meios de produção e de intercâmbio, mas também uma transformação da organização social e da vida, permitindo a cada homem e a cada mulher adquirir as capacidades para a organização da sociedade de uma maneira livre (GUIMARÃES, 2004 apud BORTOLUZZI, 2006).

Bruno (1983) afirma que a gestão da produção pelo coletivo de trabalhadores é um caminho pelo qual o proletariado, explorado pelo capital, constitui-se em sujeito da transformação social, podendo, imbuído de intenções políticas, reestruturar o todo social em outro modo de produção e redefinir a exploração em não exploração (apud ALANIZ, 2003, p. 15).

Ainda segundo a dissertação de Alaniz (2003, p.17-18), mesmo que as práticas de autogestão contemporâneas, aparentemente, não explicitem a dimensão política que está na gênese e permeia o conceito de autogestão no decorrer da história, as relações sociais, ao se desenvolverem de modo democrático, assinalam para a constituição de uma sociabilidade distinta daquela existente nas empresas capitalistas clássicas. Ou seja, mesmo que o ato motivador da criação da produção autogestionária não tenha sido permeado de caráter político e intenção de transformação da estrutura da sociedade a partir da produção, tudo indica que a forma de organização democrática, que constitui a espinha dorsal do empreendimento, contempla outro tipo de relação social.

Para terminar esta seção, poderíamos dizer que algumas teses e dissertações também se referem à necessidade de rodízio de cargos, como forma de evitar a burocratização das cooperativas e a alteração da divisão “salarial”. Para Mariana (2003, p.40), numa sociedade heterônoma há a perda do controle do ser humano sobre os meios e fins de qualquer relação

instituída na sociedade. Numa sociedade autogerida, a incompatibilidade com uma hierarquia de direção não é menor do que a incompatibilidade com a hierarquia de salários e rendimentos, uma vez que não existem critérios objetivos para fundar tal desigualdade.

3.3- Desmercantilização da sociedade: produção de valores de uso x acumulação de capital e dominação dos seres humanos

O que penso que deveríamos ter em mente é que a questão básica não é a propriedade nem o controle dos recursos econômicos. A discussão básica é a desmercantilização dos processos econômicos mundiais. Cumpre salientar que desmercantilização não significa desmonetização, mas eliminação do lucro como categoria. O capitalismo tem sido um programa para a mercantilização de tudo. Os capitalistas não o implementaram totalmente, mas já caminharam bastante nesta direção, com todas as consequências negativas que conhecemos. O socialismo deve ser um programa para a desmercantilização de tudo. Daqui a 500 anos, se trilharmos esse caminho, possivelmente ainda não o teremos percorrido totalmente, mas poderemos ter avançado nesta direção (WALLERSTEIN, 2002).

Há uma “aura” em torno das teses e dissertações. Os trabalhos analisados apontam, de forma bastante tímida em alguns e explícita em outros, para a crítica às grandes corporações multinacionais ou de agronegócio que exploram trabalhadores, subordinam os mesmos, destroem o meio ambiente, ganham lucros astronômicos e vêm produzindo alimentos “envenenados”. Nos trabalhos que analisam o MST, uma crítica às multinacionais e à Revolução Verde é feita com maior profundidade. Coraggio e Tiriba, citados pela dissertação de Poli (2005), referem-se à economia popular como aquela voltada à *reprodução ampliada da vida*, ao invés da reprodução ampliada do capital.

Mariana (2003) cita a seguinte passagem de João Bernardo, para caracterizar o sistema de exploração capitalista:

Precisamos traçar com rigor a linha que divide os interesses dos trabalhadores e os interesses dos capitalistas, e esta é uma tarefa tanto mais difícil quando não se trata de uma demarcação regular e estável, mas, pelo contrário, de uma linha sinuosa e oscilante, reconstruída em cada momento. Os apelos ao coração e à ética só confundem onde seria necessário esclarecer. A administração de uma empresa pode, evidentemente, patrocinar a arte e as boas causas, aplicar os princípios da nutrição racional no refeitório dos trabalhadores, por exemplo, e dirigir discursos humanistas aos seus assalariados, assim como pode não praticar a corrupção e não recorrer a fraudes. Mas este uso dos sentimentos e este procedimento ético em nada alteram os mecanismos fundamentais de exploração (BERNARDO, 2000 apud MARIANA, 2003).

No depoimento de uma trabalhadora do MST entrevistada por Fernando Mariana, podemos identificar uma revolta popular contra a sociedade de lucros e o aprendizado decorrente da “ocupação” de um pedágio:

A gente já estava faz tempo querer fazer aquilo [liberar os pedágios]. Já tinha tudo bolado, mas não tinha data certa. Quando apareceu o primeiro de maio, fizemos uma discussão para entender o que representava o dia 1º de maio e entendemos que não era só raiva que a gente tinha de pagar para passar [pelo pedágio]. Era porque não era justo eles ganharem tanto dinheiro com o lucro, e a gente não ter dinheiro para comprar semente, trabalhar (...) (MARIANA, 2003, p.117).

Para se expressar sobre a mercantilização crescente da vida, Mariana (2003) cita mais uma vez João Bernardo: “‘Liberdade’ é hoje a possibilidade de escolher entre um número cada vez maior de produtos equivalentes”; “‘Democracia’ é hoje a possibilidade de alimentar com o nosso trabalho, engenho e iniciativa uma elite social que se apropria dos principais frutos dessa atividade” (Bernardo, 2000).

Lembremos que para Marx, citado por Bonamigo (2001, p.57):

O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo das coisas [...] quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital.

Ainda que aparecendo nas entrelinhas – por isso chamamos de “aura” em torno dos trabalhos - a maior parte das teses e dissertações sinaliza a necessidade de construção de uma sociedade onde o excedente seja produzido de uma nova forma e utilizado para outros fins, principalmente por cooperativas populares e assentamentos de reforma agrária. Acreditamos que os trabalhos analisados dialogam diretamente com as demandas recentes dos movimentos sociais. Demandas essas que se materializam na luta pela produção de casas populares em contraposição a mansões, arranha céus, *shopping centers* e condomínios fechados, na luta em defesa do *software* livre para o povo versus o *software* proprietário, na produção de valores de uso que satisfaçam necessidades em oposição à produção de mercadorias, armas de destruição em massa, etc.

Acreditamos que é no cenário de avanço destrutivo do capital que surgem diversos conflitos contestatórios na América Latina em torno da água (principalmente em Cochabamba – Bolívia), das sementes, da educação pública, energia elétrica, do petróleo, da água e do gás, minérios, entre outros. Bens públicos como a educação e a saúde também sofreram processos

de *privatização indireta*, através da estagnação do crescimento do setor público e o crescimento das vagas em faculdades particulares e dos planos de saúde privados.

Como proposta para os pequenos agricultores, associações de trabalhadores rurais, etc, Poli (2006) e Silva (2006) citam a agroecologia. Segundo Caporal e Costabeber,

a agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (apud SILVA, 2006, p.86).

O cooperativismo e associativismo vinculados às lutas populares parecem então entrar nessa esteira de resistência e as teses e dissertações aqui analisadas parecem esboçar uma crítica à sociedade produtora de mercadorias e os caminhos e propostas “práticos” para a construção de uma sociedade produtora de valores de uso em oposição ao “consumismo”, à “obsolescência planejada” e à acumulação de capital. Vale dizer que alguns desses trabalhos não têm consciência do que estão sinalizando.

Cabe ressaltar que poucos dos trabalhos que têm como alvo de sua pesquisa os catadores fizeram as conexões teórico-históricas necessárias para a compreensão do problema do lixo: produção de mercadorias, trabalho alienado, sociedade do desperdício, obsolescência planejada, etc.

No que se refere à perda de controle dos produtores sobre as sementes, aparece nas teses que analisam o caso dos pequenos produtores e do Movimento Sem-Terra uma mensagem de luta pela socialização da semente - como patrimônio histórico dos seres humanos - versus a crescente proliferação das sementes geneticamente modificadas, que geram dependência de uma nação sobre outra ou de um produtor em relação a uma grande corporação, destroem o meio ambiente, aumentam as alergias e estrangulam a vida dos pequenos produtores, dentre outras críticas.

É a luta da semente enquanto mercadoria, do patenteamento, da acumulação de capital e dominação dos produtores versus a autogestão, a produção de alimentos saudáveis, a preservação do conhecimento tradicional de povos milenares que sobreviveram compartilhando suas sementes, isso para não falar da utilização adequada dos recursos naturais.

Para resumir, em contrapartida à “supermercantilização”, as teses e dissertações apontam, mas não conseguem aprofundar, a teoria das demandas dos movimentos sociais por uma sociedade anti-capital, não produtora de mercadorias, sendo que muitas delas clamam

pelo “desenvolvimento local”. Mais uma vez, no caso dos assentamentos e dos pequenos produtores, a “aura” da desmercantilização e do coletivismo ficam bem claras quando eles propugnam a agroecologia junto com criação de formas de organização coletivas. Em poucas palavras: O que produzir? Como produzir? Para quem produzir?

Isso pode ser visto, por exemplo, na Coopasc, cooperativa dos pequenos produtores de Santo Cristo (RS). Lá, eles se preocupam “com a produção orgânica e ecológica. Nesse sentido, desenvolve várias iniciativas como a divulgação e comercialização de produtos veterinários homeopáticos, caldos e fungicidas naturais, adubos orgânicos e sementes crioulas” (SILVA, 2005, p. 61). Com propósitos semelhantes, a APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) é uma ONG que foi criada em 1989. Ela

passou a desenvolver uma série de programas voltados ao desenvolvimento técnico, profissional e político de alternativas de produção opostas ao modelo da revolução verde. Atuando numa perspectiva embasada na associação, na cooperação e na sustentabilidade (social e ambiental), na autogestão e na solidariedade, tinha como meta viabilizar a autonomia dos camponeses em relação aos insumos de origem industrial e a criação de um sistema de produção agrícola baseado na agroecologia (POLI, 2006, p.11).

Junto com Universidades da região, instituições de extensão rural, etc. desenvolveram tecnologias alternativas para os pequenos produtores: sementes crioulas, produção de leite à base de pasto, não utilização de insumos de base industrial, criação de suínos ao ar livre, produção de alimentos saudáveis e naturais. Tudo isso em busca de uma maior autonomia dos agricultores familiares em relação ao capital industrial e financeiro (POLI, 2006). Para Poli, trata-se de uma reação política desses agricultores frente às novas condições de vida e de produção geradas pela modernização da agricultura, que estava gerando uma dependência cada vez maior.

Muitas Universidades, principalmente as públicas, se engajaram no apoio à criação ou fortalecimento de cooperativas ou associações populares (CULTI, 2006; ADAMETES, 2006; BORTOLUZZI, 2004). Os trabalhos que se dedicam a esse tema observam o aprendizado gerado tanto para os grupos populares como para a própria universidade, as possibilidades de geração de trabalho e renda via cooperativismo, além de debater a missão da universidade e a criação de uma teoria educativa para a último.

A tese de doutorado de Culti (2006) teve como objetivo encontrar, na relação entre educandos e educadores, subsídios que alteram o conhecimento teórico-prático acadêmico, na

interação entre o conhecimento acadêmico e o popular. A autora também observa o conhecimento gerado pelos trabalhadores e a melhoria das condições de trabalho e vida daqueles que se propõem a formar seus próprios empreendimentos coletivos. Ressaltemos que a grande maioria das Incubadoras tem pontos de contato com as políticas de geração de trabalho e renda municipais, sendo em geral políticas de pouco prestígio, marginais, sem apoio efetivo dos municípios, ou do governo federal, mesmo com a ascensão de Lula ou mesmo quando os secretários não veem a Economia Solidária apenas como uma “boia salva vidas”.

O público alvo da Incubadora de Maringá descrita por Culti é o dos lixões, os mais precarizados dos trabalhadores precarizados. Marx, em sua época, retratou o surgimento do lumpem proletariado. Esse tema também foi abordado pelas dissertações de Giovanny Lima (2001), Adametes (2006) e Benincá (2006). Tanto os resultados das Incubadoras como da “resistência” nos lixões, via criação de cooperativas, ainda são bem modestos, se comparados com as descrições de Marx sobre o “autogoverno pelos produtores associados”, que permitiria a emancipação dos trabalhadores, seu desenvolvimento intelectual, etc. A passagem para a condição de cooperativa não eliminou a condição de vida estereotípica dos cooperados, mas permitiu que muitos deles, através do processo educativo de algumas entidades de apoio, adquirissem uma maior conscientização política, do desvelamento da “exploração” que estava ou estão submetidos, seja pela prefeitura, seja por atravessadores, etc. Nos casos narrados pelos pesquisadores estamos diante da mais profunda barbárie, e isso se deve ao contexto analisado na segunda seção deste artigo: a predominância do capital financeiro jogou milhares de trabalhadores no desemprego estrutural ou no subemprego estrutural e aqui há poucas perspectivas para os trabalhadores, de cooperativas ou não, principalmente o lumpem proletariado.

3.3.1 A desmercantilização da força de trabalho, as fragilidades e a tendência à degeneração das cooperativas

O cooperativismo e o associativismo têm o potencial de cumprir o papel de desmercantilizar a principal mercadoria numa sociedade regida pela capital: a força de trabalho. Mesmo que não tenha sido citado pelas teses analisadas, um dos casos ilustrativos parece ser o de uma associação de seringueiros do município de Xapuri – muito famoso por ter sido o palco de muitos *empates* promovidos por Chico Mendes e seus seguidores.

Apesar do aumento da renda dos associados nos últimos anos e do fato de terem adotado uma outra noção de tempo, centrada no reflorestamento ou no respeito ao ciclo de

vida da floresta, esses trabalhadores – teoricamente “não produtores de mais-valia” por serem “donos do próprio trabalho” - estão plenamente conectados com uma imensa rede de empresas moveleiras que vai desde Xapuri (Acre) a São Paulo e Nova York e onde, geralmente, ocupam as fases iniciais da cadeia de distribuição do excedente econômico. Acreditamos que, muito embora questionem a alienação do trabalho, apesar de conectarem a luta pela utilização adequada dos recursos naturais, eles perdem o controle do produto do trabalho assim que são “conectados” ao circuito de produção de mais-valia. Essa questão não tem como ser resolvida com um passe de mágica, mas envolve processos que não poderemos retratar nesse artigo.

É verdade que se comparado aos métodos de acumulação primitiva vigentes na Amazônia, tendo em vista a máxima acumulação de capital em menor tempo possível, a associação de seringueiros já representa um primeiro passo na luta pela desmercantilização. No entanto, os móveis tornam-se neste caso uma mercadoria consumida pela elite dos países do Norte e pela elite brasileira.

As contradições entre empreendimentos com características autogestionárias e o ambiente hostil no qual estão inseridos pode ser vista na dissertação de Alaniz (2003). Para ela, as trabalhadoras da fábrica recuperada Cooperjeans perdem diariamente o controle sobre a própria produção (alienação) porque o ritmo de produção é determinado por outras empresas do ramo, o chamado “mercado”.

Poucos trabalhos chamaram atenção para a questão do “socialismo de mercado”, muito divulgada nas teses de Paul Singer. De acordo com a dissertação de Amaral Júnior (2002):

O aspecto que me parece mais questionável [...] é a valorização do mercado como um elemento permanente do socialismo, considerado necessário para garantir liberdade. [...] [Para Marx] o mercado é uma forma social que produz alienação, que tem a lógica de dar origem a leis que se impõem aos produtores [...] ele representa a subordinação dos cidadãos a um sistema de dependência impessoal, isto é, a leis econômicas que se impõem aos produtores. [...] A alternativa possível ao mercado – um planejamento/coordenação, centralizado e descentralizado ao mesmo tempo, e antes de mais nada democrático - com toda a certeza teria de ser construída em um processo histórico longo, com experimentação e avaliações dos resultados (BORGES NETO 2001 apud AMARAL JUNIOR, 2002, p.171).

As cooperativas de trabalhadores, na luta pela sobrevivência na maioria das experiências e dentro de uma estratégia de conquistar “novos mercados”, para a minoria das experiências, ainda estão nos limites do capital, e isso não pode ser superado apenas em

algumas cooperativas isoladas, por mais progressistas que as mesmas possam ser. Isso pode ser visto, por exemplo, na seguinte citação do professor Sérgio Storch (1985, p.145):

A alienação, no pensamento marxista, é um fenômeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação dos mesmos persistirá, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado. Por exemplo, eis uma crítica de tipo marxista a cooperativas de trabalho industrial isoladas (...) Os trabalhadores proprietários, mesmo que não tenham sentimentos de alienação no trabalho, podem tornar-se impotentes perante as forças competitivas do mercado, que são as que determinam, em última instância, as chances do sucesso da empresa e a qualidade de vida de seus membros.

Tiriba (2001), citada pela dissertação de Bomfim, observa que a Organização Econômica Popular (OEP) busca construir uma nova cultura do trabalho que

tem como requisito a desmercantilização da força de trabalho, através de um processo de desalienação do trabalhador em relação ao produto, ao processo e a si mesmo como espécie humana. Porém, deste horizonte, pensamos que, neste momento histórico, é impossível encontrar uma OEP cuja cultura do trabalho, em seu conjunto, possa caracterizar-se como nova ou de novo tipo (TIRIBA, 1999, p.404 apud BOMFIM, 2001, p. 78).

Para citar outro exemplo, a Usina Catende produz álcool, o produto do Brasil “arcaico” que se tornou “moderno” com as políticas do Governo Lula.

A maioria dos trabalhos reconhece os limites da Economia Solidária diante do modo de produção capitalista e o pequeno alcance efetivo da mesma, mas poucos trabalhos se aventuram em desenvolver esta questão.

Sobre os limites das pequenas cooperativas e associações diante de um oceano de grandes corporações, a dissertação de Poli (2005) sobre os pequenos produtores do Oeste Catarinense reconhece que “face a uma pobreza universal, 'pequena escala' pode significar insignificante, 'politicamente independente' pode significar sem poder ou 'desrelacionado', 'baixo custo' pode significar subfinanciado ou de baixa qualidade, 'inovador' pode significar apenas temporário ou não sustentável” (QUIJANO, 2002 apud POLI, 2005).

Isso nos permite concluir, tomando por base esses estudos e outros divulgados recentemente no campo da Economia Solidária, que neste mar de competição, individualismo ou convivência com o mercado, as associações de trabalhadores tendem a degenerar.

Para os pensadores clássicos que se debruçaram sobre o cooperativismo, as associações de trabalhadores são experiências práticas de auto-organização dos trabalhadores

que podem ser potencializadas numa conjuntura de transformação social que tenha em vista a transcendência do trabalho alienado (ver principalmente o livro de MÉSZÁROS, 2002).

No entanto, se as cooperativas e associações de trabalhadores permanecerem isoladas de outras lutas, elas ou definharão ou sobreviverão a duras penas, mas dificilmente poderão avançar rumo ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados.

Ainda no debate histórico, Rosa Luxemburg (1999) dizia que as cooperativas são formas híbridas, pois guardam características das empresas convencionais e anunciam outras características, que poderíamos chamar pelo nome de socialistas. Preferimos a denominação anfíbios, uma vez que os seres híbridos não se reproduzem ou não podem florescer. Nesse sentido, as cooperativas de resistência são “anfíbios embrionários” que poderão florescer ou degenerar, em função do processo histórico no qual estão inseridas.

Para o caso brasileiro, conformem relatam os trabalhos, as cooperativas de resistência, formadas no calor da luta dos trabalhadores, prefiguram ou nos mostram alguns dos elementos do que seria uma forma superior de produção, baseada no trabalho coletivo, com sentido social, onde há possibilidades de superação da auto-alienação do trabalho.

A dissertação de Alaniz (2003) também ressalta que o isolamento das cooperativas tende a fazer com que as mesmas degenerem. Nas cooperativas do MST, os que participam da associação vêm negando frequentemente o coletivismo integral. A dissertação de Leandro (2002, p.176) relata que na cidade de Promissão-SP, a cooperativa se dissolveu, resultando

na divisão das 15 (quinze) estufas entre os sócios cooperados, além do trator com alguns implementos de trabalho, a venda do caminhão, a volta à produção familiar ou individual nos lotes que estavam coletivizados, o fim do restaurante coletivo, e a volta à alimentação nas residências familiares, o fim da creche, o fim da comercialização coletiva e início do planejamento da produção familiar, bem como da venda sob nota ao produtor rural individual

Muitos dos pesquisadores ressaltam a herança individualista e a luta cotidiana do povo brasileiro para sobreviver, principalmente dos mais precarizados. Ressaltam que planta-se de dia para colher à tarde, a remuneração é muito baixa, há falta de suporte e subsídios por parte do Estado. Ainda no caso de Promissão, conforme um trabalhador do MST:

A gente perdeu a lavoura na COPAJOTA, 40 alqueires de algodão plantados em 1994. Foi onde destituiu a cooperativa, a gente não teve estrutura para aguentar, foi um prejuízo muito alto, deu uma doença, não conseguimos controlar. O agrônomo veio e mandou cortar e levou para analisar em Campinas. A doença deu em toda a região, foi como um vermelhão, foi da natureza, perdeu (apud LEANDRO, 2002, p.168).

Se fosse uma grande corporação, provavelmente receberia subsídios ou um plano de reestruturação, tal como pôde ser visto no século vinte, principalmente nas crises de 1929 e 2008, onde o Estado socorreu quase instantaneamente os grandes bancos ou as grandes corporações. Observemos agora a relação entre trabalho alienado e educação dentro da órbita do capital.

4. A RELAÇÃO ÍNTIMA ENTRE TRABALHO ALIENADO E EDUCAÇÃO PARA O CAPITAL

Antes de prosseguir, é importante destacar uma preocupação presente em nossos estudos: a facilidade com que a pedagogia toyotista se apropria, sempre do ponto de vista do capital, de concepções elaboradas pela pedagogia socialista e, com isso, estabelece uma ambiguidade nos discursos e nas práticas pedagógicas. Essa apropriação tem levado muitos a imaginar que, a partir das novas demandas do capital no regime de acumulação flexível, as políticas e as propostas pedagógicas passaram a contemplar os interesses dos que vivem do trabalho, do ponto de vista da democratização. Assim é que categorias clássicas da pedagogia (só possíveis de objetivação plena em outro modo de produção) passaram a fazer parte do novo discurso pedagógico: formação do homem em todas as suas dimensões de integralidade com vistas à politecnia, à superação da fragmentação do trabalho em geral e em decorrência do trabalho pedagógico, ao resgate da cisão entre teoria e prática, à transdisciplinariedade, e assim por diante.

Torna-se necessário desemaranhar este cipó e estabelecer os limites da pedagogia toyotista, para que se possa avançar na construção teórico-prática, nos espaços da contradição, de uma pedagogia de fato comprometida com a emancipação humana (KUENZER, 2003).

As teses e dissertações analisadas conseguem “desemaranhar este cipó” razoavelmente bem. Há nelas uma crítica aos projetos educacionais que estão na órbita do capital, sejam eles tayloristas ou toyotistas, ou de um tom mais crítico, aparentemente revolucionário. Para os trabalhos analisados, é preciso politizar os projetos educacionais. Se os projetos educacionais atualmente em voga são do capital e para o capital, o projeto educacional cooperativista entraria no grupo das propostas que pretendem transcender a órbita do capital, afirmariam os pesquisadores por nós revisados, sendo que o cooperativismo e o associativismo seriam imprescindíveis nesse processo.

O autor que é mais referenciado, muito à frente dos outros, é Paulo Freire e sua crítica à educação bancária. No entanto, como as teses e dissertações aprofundam a questão cooperativista ou associativista, estas tiveram que recorrer à obra de Paul Singer, José

Coraggio (Argentina), Luiz Razeto (Chile), Maria da Glória Gohn, Luis Gaiger, Gaudêncio Frigotto, Lia Tiriba, Acácia Kuenzer e aos orientadores, pesquisadores que têm um alcance regional nos seus escritos sobre educação e associativismo⁷. Para discutir a centralidade do trabalho, Ricardo Antunes foi evocado.

Acreditamos que as teses e dissertações analisadas esboçam a necessidade de superação do trabalho alienado. Repito, esboçam, talvez porque a grande maioria delas teve que cumprir prazos extremamente curtos (dissertações de mestrado). E, ao mesmo tempo, dada a relação íntima entre educação para além do capital e cooperativismo e associativismo para além do capital, esboçam uma teoria educacional para superar a relação capital trabalho, seja na cidade ou no campo.

No entanto, como os trabalhos analisados fazem uma crítica razoável ao trabalho heterogestionário, é preciso retomar a análise das transformações pelas quais passou o modo de produção capitalista nos últimos trinta anos. Para isso, recorrem a autores que analisam esse tema, principalmente Gaudêncio Frigotto.

Frigotto (1995) nos traz a análise das relações entre sociedade, processo de trabalho e educação. Segundo Frigotto (1995), o caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital toma formas e conteúdos historicamente diferenciados no capitalismo nascente, no capitalismo monopolista, e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada. No livro *Produtividade da escola improdutiva*, Frigotto (1984) procura explicitar as condições históricas do capitalismo monopolista que demandaram, produziram e configuraram a teoria do capital humano. Já em *Educação e a crise do capitalismo real*, Frigotto (1995) nos mostra que as novas demandas de educação contidas em documentos dos novos “senhores do mundo baseadas nas categorias sociedade do conhecimento, qualidade total, educação para a competitividade, formação abstrata e polivalente, expressam os limites da teoria do capital humano e as *redefinem* sob novas bases” (FRIGOTTO, 1995, p.18).

A partir dos anos 1970, surgem novas *categorias-ponte*: flexibilidade, participação, trabalho em equipe, competência, competitividade e qualidade total. E é aqui que Frigotto se pergunta se esta

⁷ Não deixa de ser curioso que poucos sigam os rastros de Neusa Dal Ri e Cândido Vieitez (2008), talvez porque o livro sobre educação e trabalho associado foi lançado apenas em 2008, ou talvez em função da radicalidade da crítica de seus artigos. Para os interessados em acompanhar a análise desses autores, o livro “Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão” resume as principais ideias dos pesquisadores.

mudança de enfoque seria a explicação real de que a “nova (des)ordem” mundial, sob a égide das sociedade do conhecimento, estaria efetivamente delineando novas relações não classistas, pós-industriais e, portanto, de processos educativos e de formação humana desalienados e não subordinados aos desígnios do capital? Os homens de negócio mudaram suas concepções e seus interesses? Ou estamos diante de transformações que mudam efetivamente dentro da relação capitalista, sem, contudo, alterar a natureza desta relação? (FRIGOTTO, 1995, p.55-56).

De acordo com Alaniz (2003), nos limites do capital, a qualificação se coloca de forma autoritária e despótica. Nos marcos da autogestão, a qualificação deve ser pensada tendo em vista a superação da divisão do trabalho capitalista, deve haver democratização do poder de decisão e o acesso à totalidade de conhecimento que circula na fábrica. Nas empresas recuperadas, os trabalhadores são desafiados a gerir o empreendimento e a tomar decisões sobre os principais aspectos que envolvem o funcionamento da empresa, como, por exemplo, decidir sobre a utilização do excedente e reinvestimento: suscita-se o exame e a discussão das alternativas existentes a fim de se estabelecer as diretrizes gerais. Práticas tais como esta, permitem o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores e não têm pontos de contato com a educação toyotista (ALANIZ, 2003). Isso ficará mais claro na seção seguinte.

5. O TRABALHO COOPERATIVO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Para as teses analisadas, a autogestão é a magnífica escola. É nos processos que tendem a ser autogestionários que a classe trabalhadora enfrenta verdadeiros desafios: desnaturalizar a separação eterna entre dirigentes e dirigidos, entre concepção e execução. Ela aprende a lutar de forma coletiva contra os patrões, contra sindicatos burocratizados, contra diretorias de cooperativas que nunca saem dos postos estratégicos, contra líderes que se eternizam na direção dos movimentos sociais e ou contra o Estado. Aprende a dividir o trabalho de uma nova forma, a fazer rodízios de cargos, a utilizar a assembleia para decidir assuntos estratégicos, gerando um processo coletivo de aprendizagem. Ademais, pode repartir os “salários” de uma nova forma, questionando a hierarquia salarial capitalista. Isso nos permite analisar o trabalho cooperativo como princípio educativo.

Aliás, não se trata de nenhuma novidade histórica. Poderíamos buscar um exemplo em tempos mais remotos do capitalismo. No entanto, a precisão da seguinte análise do professor Rui Canário (2007), ao observar o florescimento da autogestão na Revolução dos Cravos (1974-1975) pode nos dar mais detalhes sobre a ideia apresentada pelas teses e dissertações. A citação é demasiado importante para ser cortada:

Na noite de 24 de Agosto [de1974] (as operárias ocupavam as instalações durante o dia), a entrevistada (Fernanda Cardoso) contou como, tendo passado pela fábrica, se apercebeu da sua ocupação “pelo patrão, o gerente e uma série de mercenários, contratados para levarem o material e as máquinas” e se dirigiu às casas das colegas para as alertar: “O caso começou a espalhar-se e deu um alarido tal que a própria população do Montijo acabou por concentrar-se à porta da fábrica. Arrombamos as portas, fomos recebidos com balas simuladas, mas conseguimos entrar...”. Iniciou-se então o período de ocupação autogestionária em que, face às dificuldades, “O que nos valeu foi a solidariedade de vários mecânicos de outras empresas, que nos ajudaram a montar algumas das máquinas”, o que tornou possível continuar a produção, apesar da falta de dinheiro para adquirir peças novas, fios, agulhas e eletricidade. O pagamento dos salários foi viabilizado por “uma solidariedade tal que, apesar de não necessitarem dos fatos de treino, muitas pessoas compravam o produto só para nos ajudarem”. As operárias passaram, então, a “dormir dentro da fábrica”, organizando-se por piquetes: “enquanto umas trabalhadoras ficavam na fábrica outras iam vender a produção a diversas empresas e escritórios em vários pontos do país”. Em poucas palavras, a entrevistada dá conta da **dimensão educativa da experiência vivida e da riqueza de aprendizagens realizadas de modo não formal**: “Foi uma aprendizagem no dia a dia, estava ávida de conhecimento e aquilo passou a ser a minha vida”. “**Durante esse tempo aprendi muito** e consegui deitar para fora toda a revolta que não conseguia exteriorizar por palavras” (CANÁRIO, 2007, - grifo nosso).

Para Canário, as novas formas de organização adotadas, a concentração do poder de decisão na assembleia coletiva e a criação de uma imprensa própria - neste caso, o “Jornal da Greve dos Trabalhadores da Efacec-Inel” - são aspectos relevantes de um processo coletivo de aprendizagem, deliberadamente organizado pelos trabalhadores (CANÁRIO, 2007).

Na mesma linha, para a dissertação de Bomfim (2001) “o grupo que associativamente trabalha e reflexiona, crítica e dialogicamente, sobre os problemas organizacionais de seu trabalho produtivo, necessariamente está vivendo um intenso processo educativo...” (GUTIÉRREZ 1993 apud TIRIBA 2001).

Para Lima (2006, p.53),

em constante diálogo com seu passado e seu futuro, a experiência do projeto Catende Harmonia, do ponto de vista educacional, suscita uma série de questões sobre os nossos modelos de educação, bem como sobre a viabilidade de nossas teorias em explicar os modos próprios de educar em espaços como esses, cujos educadores sentem diariamente os desafios de recriar no cotidiano das relações as formas de uma educação emancipatória, em confronto com uma base cultural com referência escravocrata, assistencialista, violenta .

Ainda para esta pesquisadora, a educação seria prioritária para a cultura das pessoas. Conforme um educador entrevistado por ela, “a gente tem uma cultura mesmo voltada para a submissão, séculos e séculos de dominação, sob a tutela dos usineiros, coronéis, e a gente

tinha que fazer um trabalho sistemático e permanente nesse sentido de trabalhar uma nova cultura, uma cultura para a autogestão, para a solidariedade e para a cooperação”.

Muitas das teses adotam a análise gramsciana do “trabalho como princípio educativo” e dão um passo além. Elas parecem convergir para a afirmação de que é o no trabalho cooperativo que se educa para o novo. No caso dos assessores, o educador também é educado ao lidar com o trabalho cooperativo como princípio educativo.

Para Lima (2006), a educação na Usina Catende se dá em todos os espaços e todas as ações desenvolvidas são de caráter educativo: assembleias gerais, debates sobre a distribuição dos recursos, reuniões no engenho, etc. Uma simples discussão sobre distribuição dos recursos provenientes da renda do açúcar educa.

Fernando Mariana (2003) buscou o sentido educativo mais amplo de um movimento social, não restrito apenas à educação escolar. Para ele, os aprendizados de autogestão e os aprendizados de insubordinação são as principais contribuições educativas, subvertendo a escola enquanto aparato formal exclusivo para a promoção das situações educativas. A dissertação de Leandro (2002) se apoia em Roseli Caldart, autora muito referenciada pelos trabalhos. Ela apresenta uma concepção de educação que extrapola a educação escolar. Ela compreende a educação como “um processo bem mais amplo, que tem a própria dinâmica do movimento social como ambiente de aprendizados por excelência” (CALDART, 1997, p.39). Tavares (2002) também cita Caldart (2000), quando esta analisa a educação do ponto de vista da pedagogia da luta social, da pedagogia da organização coletiva, da pedagogia da terra, da pedagogia da cultura e da pedagogia da história. Para W. Frantz (2002), as organizações cooperativas são lugares de educação não apenas porque neles se promove a atividade educativa com vistas a capacitação para a cooperação, mas porque nos diferentes espaços de organização cooperativa, a educação decorre das relações sociais que ali acontecem (apud SILVA, 2005, p. 37).

No que se refere à relação com a educação formal, em alguns momentos os trabalhos analisados parecem dizer que a sala de aula é totalmente desprezível. Em outros, afirma-se que deveria haver uma mudança significativa na educação formal, já que esta serve para a “dominação”, “incentiva a competição”, “favorece a separação do trabalho manual do intelectual”, tem uma arquitetura pouco favorável à solidariedade, hierarquiza o saber do professor e ignora o saber popular, etc.

A dissertação de Mariana (2003) é a que melhor se expressa sobre este tema, mas ele é recorrente em quase todas. Para Mariana, há obstáculos à construção do novo ao longo da vida os trabalhadores, pois os trabalhadores “absorveram” valores antinômicos ao

cooperativismo. Ainda para este pesquisador, a autoridade do professor nega a possibilidade de “construção conjunta” do conhecimento, ou do também designado “conhecimento bancário”; a competição entre alunos de uma mesma classe fragmenta as possibilidades de ajuda mútua, ensinando crianças a viver e aceitar o individualismo; a cisão entre concepção e execução nos trabalhos escolares, além de muitos outros aspectos da escola tradicional, aprofundam o abismo existente entre um projeto de sociedade mais igualitário e outro repleto de desigualdades de oportunidades.

Tendo em vista o aprendizado ou o surgimento de qualificações quando simples trabalhadores braçais se tornam cooperados ou quando estes deixam de ser meros produtores de matérias-primas, poderíamos citar alguns exemplos. No caso dos pequenos produtores do Oeste Catarinense, para um dos entrevistados de Poli (2006), “antes o problema terminava na porteira da propriedade, agora temos que nos preocupar com as preferências dos consumidores, higiene, etc”. O caso dos assentados do MST da Paraíba que criaram uma Feira Agroecológica na UFPB foi analisado por Oliveira (2004) e Silva (2006). Sobre o aprendizado gerado pelo assentamento e pela feira, um dos trabalhadores disse: “Nós temos grande dificuldade na forma de produção porque viemos da cana, da monocultura, do abacaxi, da mandioca. Não tinha noção de trabalhar diversificado, sem veneno químico. Tudo isso era mandado, nós não tínhamos a prática de planejamento” (SILVA, 2006, p. 83).

Diga-se de passagem, tanto no estudo de Poli (2006) quanto no trabalho de Silva (2006), os cooperados ressaltaram que um dos motivos para a criação das cooperativas foi o desejo de reter uma maior parte do excedente que era captada pelos atravessadores, que “ganhavam dinheiro nas costas deles”.

Para a dissertação de Silva (2006), “a feira educa”, pois lá está presente a sensibilização para aspectos ecológicos e ambientais, princípios de solidariedade, de respeito à vida, num processo em construção, com diferentes graus de participação. Essas são experiências dos trabalhadores que se acumulam. São vários espaços onde se desenvolve a sua práxis, envolvendo tanto a reflexão pessoal como a de grupo e efetivando-se com um produto organizativo (Silva, 2006, p.44). A prática da comercialização implicou em planejamento da produção, atenção aos consumidores, etc antes inimaginados pelos assentados.

Lange (2006) também retrata o conhecimento adquirido pelos trabalhadores cooperados quando os mesmos organizam feiras solidárias, etc. Sua dissertação de mestrado – que tem como foco a cidade de Santa Maria (RS) - se refere às “novas relações entre fornecedores, compradores, visitantes nas feiras. A interação e a construção de conhecimentos

mais sistematizados se dão dentro do projeto [Esperança/Cooesperança], numa continuidade de ações: cursos seminários, fóruns, feiras, etc”.

Para chegar a estas conclusões, Lange (2006) faz uma retrospectiva histórica. Em 1980, D. Ivo Lorscheiter, um grupo da diocese de Santa Maria, dos movimentos sociais, das pastorais sociais, da Emater e pessoas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) estudam o livro “A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade” de A. Tévoédjrè, que analisa a situação vivenciada pela civilização industrial, a partir da acumulação selvagem e propõe a reversão da situação de pobreza a partir de um pacto de solidariedade (LANGE, 2006).

Na época, no Brasil, a Cáritas desenvolvia os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que apoiavam pequenas iniciativas comunitárias, especialmente como alternativas de sobrevivência, numa perspectiva solidária.

No Rio Grande do Sul, eles buscaram criar as condições para a vivência comunitária e a reinvenção da economia, tendo como princípios o espírito comunitário e solidário, organização e planejamento participativo, a gestão democrática – autogestão, articulação com grupos e movimentos populares e outras organizações, transparência administrativa, proposta ecológica de respeito à vida e à natureza, reeducação permanente, primazia do trabalho sobre o capital. Isso dá origem ao Projeto Esperança em 1987: proposta da Diocese de Santa Maria, que articula e congrega experiências da Economia Popular Solidária (EPS) no meio urbano e rural (LANGE, 2006).

Para um educador da Usina Catende, “o novo assusta”, “eles nunca viveram isso, eles sempre viveram à sombra de um usineiro, na verdade trabalhador aqui nunca pensou, nunca falou, nunca decidiu, nunca opinou, então, quando chega num momento desses, assusta, o novo assusta”. Para nós, ao mesmo tempo que a novidade assusta num primeiro momento, ela tende a desnaturalizar a relação social anterior e permite que os trabalhadores cooperados exercitem suas capacidades intelectuais.

5.1 Pedagogias de levante e a centralidade do trabalho

Minha hipótese é a de que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir de revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho (ANTUNES, 2000 apud MARIANA, 2003).

Principalmente nas teses que analisam o MST, se estabelece uma relação entre o associativismo e a luta de classes. Para Mariana (2003), as práticas educativas construídas nas atividades de resistência do MST possibilitam um amplo leque para a pesquisa. Além da escola, as posturas educativas do movimento também podem ser pensadas a partir de práticas de intervenção na realidade social, tais como manifestações públicas, ocupação de bancos, queima de plantação ilegal de transgênicos, e outras inúmeras ações diretas visando a fomentação de debates sobre questões relevantes ao desenvolvimento da sociedade (MARIANA, 2003, p.61). Há um enorme aprendizado vindo das ações do MST: devido a seus aspectos insurrecionais, caracterizados muitas vezes por ataques surpreendentes e repentinos contra as estruturas e instituições capitalistas, Mariana (2003, p. 101) qualifica os aprendizados advindos de tais situações de “pedagogias de levante”.

A educação na Usina Catende – caso que não surge das lutas do MST - pode ser observada sob diversos prismas. Para Lima (2006), o histórico de construção do projeto Catende Harmonia “expressa um processo de lutas populares marcado por intensas/recorrentes/explicitas práticas de solidariedade”.

A ocupação da terra, do ponto de vista pedagógico, representa uma das vivências mais ricas em significados socioculturais, pois é a reação do trabalhador contra sua posição social marginal ao sistema capitalista. É nesse momento de cidadania ativa que se desenvolve sua formação para a contestação social (MARIANA, 2003, p.106). É na luta que o trabalhador compreende as relações capitalistas e têm possibilidades de superá-las, diriam as teses e dissertações. Como exemplos de “pedagogia de levante”, Mariana cita o maio de 2001, quando uma carga transgênica foi inutilizada na região portuária de Recife. Em Sorocaba, os trabalhadores atearam fogo nas cabines de pedágio da Rodovia Castelo Branco contra a privatização e isso é pedagógico.

Em poucas palavras, para os trabalhos analisados, a luta gera conscientização, ela educa. Os trabalhadores podem compreender as relações capitalistas e transformá-las através do “aprendizado da autogestão e aprendizado da insubordinação”. Isso não significa que necessariamente os trabalhadores irão se desalienar automaticamente e que o movimento social deixe de se burocratizar. Para concluir, as propostas compromissadas com a emancipação dos trabalhadores, a educação pelo trabalho associado, no trabalho associado ou “para” o trabalho associado cumpriria a função de formar o ser humano integral.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estamos num momento de defensiva, caracterizado por inúmeras derrotas para os trabalhadores, seria melhor caracterizar a fase atual como a de um cooperativismo de subsistência, de resistência, já que até o presente momento há poucos sinais de um cooperativismo e associativismo capazes de superar o trabalho alienado, sem sentido social, desprovido de conteúdo.

Como vimos nas linhas acima, há uma crítica implícita em muitas teses e explícita, em outras, à carteira assinada, ao trabalho subordinado, ao trabalho alienado, à relação patrão empregado, à separação entre concepção e execução, à propriedade privada dos meios de produção, à produção de mercadorias. Outros se pronunciam também sobre a sociedade regida pelo “ganhar dinheiro”, seja uma empresa multinacional ou um atravessador. Isso para não falar nada sobre a educação para o mercado de trabalho e da fábrica como agência educativa do capital.

Nos trabalhos revisados, o cooperativismo e o associativismo cumprem um papel que apontaria para a emancipação humana, no entanto, no atual contexto, eles vêm cumprindo um papel mais modesto, ao permitir que parcelas dos trabalhadores, principalmente os mais precarizados ou desempregados, tenham direito à sobrevivência num contexto de avanço da barbárie social. No entanto, num momento ofensivo, o cooperativismo e o associativismo, e os processos educativos inerentes a eles poderão cumprir um papel na superação do trabalho alienado.

Nesse sentido, a autogestão parece realmente ser a magnífica escola. O papel pedagógico das assembleias realizadas pelos cooperados, a necessidade de superar a divisão entre o *homo faber* e o *homo sapiens*, a reunificação do trabalho de concepção com o de execução, a politização que pode ocorrer nas lutas organizadas coletivamente e a venda de bens e serviços voltados para a satisfação das necessidades humanas podem cumprir um papel essencial na emancipação dos trabalhadores.

RELAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS:

ADAMETES, C. M. **Catadores (as) de lixo em trajetória: busca do lugar social.** Tese de Doutorado: Unesp, 2006.

ALANIZ, E. P. **Concepções e práticas educacionais de qualificação profissional em empresa autogerida.** Dissertação de Mestrado: Unesp, 2003.



AMARAL JÚNIOR, J. **Economia Solidária: a proposta da CUT ao desemprego estrutural e as transformações no mundo do trabalho.** Dissertação de Mestrado: Centro Universitário Nove de Julho/SP, 2003.

ANTAS, E. S. **O caráter educativo dos professores de participação das organizações econômicas populares: a experiência de Shangri-lá.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2000.

BARROS, J. F. **Rede universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: projeto societário e projeto educativo.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2003.

BENINCÁ, D. **Reciclando a (des)ordem do progresso: Arcan – uma alternativa sócio-ambiental.** Dissertação de Mestrado: PUC/SP, 2006.

BENZAQUEN, J. F. **A socialização para a cooperação: uma análise de práticas de educação não formal.** Dissertação de Mestrado: UFPE, 2006.

BOMFIM, A. M. **Economia Solidária e o “fim” das utopias: estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2001.

BONAMIGO, C. A. **O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra..** Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2001.

BORTOLUZZI, J. **Experiências associativas de trabalho em Chapecó: resistência ao desemprego ou produção social alternativa?** Dissertação de Mestrado: UFSC, 2006.

CULTI, M. N. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** Doutorado: USP, 2006.

DALTOÉ, C. J. **Concepções sobre Economia Solidária na perspectiva dos associados de cooperativas populares.** Dissertação de Mestrado: UFPR, 2003.

DA ROCHA, V. B. **A vida e o trabalho dos recicladores urbanos: uma proposta de educação e inclusão para além da geração de renda.** Dissertação de Mestrado: PUC/RS, 2001.

LANGE, C. M. **A construção de conhecimentos em espaços de Economia Popular Solidária.** Dissertação de Mestrado: Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2006.

LEANDRO, J. B. **Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão-SP.** Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2003.

LIMA, G. S. **O processo de sobrevivência e resistência política dos catadores do lixão de João Pessoa.** Dissertação de Mestrado: UFPB, 2001.

LIMA, J. S. C. **A solidariedade como princípio pedagógico: um estudo de caso na Usina Catende Harmonia – PE.** Dissertação de Mestrado: UFPE, 2006.

MARIANA, F. B. **Autonomia, cooperativismo e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): contribuições educativos para autogestão e pedagogias de levante.** Dissertação de Mestrado: USP, 2003

NASCIMENTO, U. J. A. **Práticas Educativas a Serviço de Trabalhadores em Cooperativa.** Dissertação de Mestrado: Universidade do Estado da Bahia, 2005.

OLIVEIRA, R. A. **A feira agroecológica da várzea paraibana: práticas educativas para uma economia popular solidária.** Dissertação de Mestrado: UFPB, 2004.

POLI, O. L. **Economia Solidária e formação humana: Experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no oeste catarinense.** Doutorado: Unicamp, 2006.

SANTOS, A. M. M. **As relações de trabalho, meio ambiente e educação na Coopcarmo – Projeto Lixo é Vida: por uma sustentabilidade democrática da inclusão.** Dissertação de Mestrado: Universidade Estácio de Sá, 2005.

SILVA, A. R. **Conhecimento e educação em experiência de associativismo e cooperativismo no meio rural – o caso de Santo Cristo/RS.** Dissertação de Mestrado: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2005

SILVA, N. B. **Educação popular e subjetividade na Feira Agrecológica.** Dissertação de Mestrado: UFPB, 2006.

TAVARES, J. M. **Em grupo é mais fácil – associativismo rural e educação em Orizonga.** Dissertação de Mestrado: UFGO, 2002.

UMBELINO, V. J. **Sócio-economia Solidária e educação popular: contradições e perspectivas.** Dissertação de Mestrado: UFSC, 2000.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

CANÁRIO, R. **Movimentos Sociais e Educação Popular** - Lutas nas empresas, em Portugal, após o 25 de Abril. Palestra de abertura do “II Seminário Luso Brasileiro – Trabalho, movimentos sociais e educação”. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, novembro de 2007.

CHESNAIS, F. (org.) **A Finança Mundializada.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

CRUZ, A. **A diferença da igualdade.** A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006.



DAL RI, N.M.; VIEITEZ, C.G. **Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão**. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.

FARIA, Maurício S. de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

HIRATA, H. Transferência de tecnologia de gestão: o caso dos sistemas participativos. In: SOARES, R.M. **Automação e Competitividade**. Brasília: IPEA, 1990, p. 135-148.

HOLYOAKE, G. **Os vinte oito tecelões de Rochdale**. Rio de Janeiro: GB, 1933.

KUENZER, A. Z. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. et al. (orgs). **Trabalho, Educação e Capitalismo**. Campinas: Editora Autores Associados, 2003, p. 77-96.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo, Ed. Expressão Popular, 1999.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Vol II.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

QUIJANO, A. **Sistemas alternativos de produção?** In: SANTOS, B.S. (org.) **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R.M (Org.) **Processo e Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005. 3ª ed.

TIRIBA, L. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da Produção Associada**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.

VIEITEZ, C. e DAL RI, N. **Trabalho associado**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WALLERSTEIN, I. **Uma política de esquerda para o século XXI ? ou teoria e práxis novamente**. In: LOUREIRO, I.; LEITE, J.C.;CEVASCO, M. (orgs.) **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Henrique T. Novaes

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e mestrado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Atualmente é doutorando em Política Científica e Tecnológica na Unicamp (Bolsa da FAPESP). Tem experiência na área autogestão, economia solidária, cooperativismo, políticas públicas, economia industrial, planejamento científico e tecnológico, forças produtivas e relação da universidade com os movimentos sociais. Autor do livro: O fetiche da tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas (Editora Expressão Popular). Coordenador do curso de especialização “Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina” (Unicamp).

Endereço eletrônico: hetanov@yahoo.com.br

Artigo recebido em 04/11/2009

Aceito para publicação em 1/12/2009

